

## A ÉTICA COMO ESPELHO PARA A PSICOLOGIA

Renato Mezan\*

Livre-docente do Instituto de Psicologia da USP e por vários anos coordenador do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP, Luís Cláudio Figueiredo tem nos últimos tempos participado ativamente do debate intelectual brasileiro, após um período de relativo silêncio na década de 1980. Na verdade, durante essa época, estavam em elaboração as idéias que vêm nortear suas intervenções mais recentes, como testemunha o rápido ritmo de suas publicações de 1991 para cá: *Psicologia, uma introdução e Matrizes do pensamento psicológico* (1991), *A invenção do psicológico. Quatro séculos de subjetivação – 1500-1900* (1992), *Escutar, recordar, dizer* (1994), e agora este pequeno volume de ensaios, *Revisitando as psicologias* cujo subtítulo é 'Da epistemologia à ética das práticas e discursos psicológicos' (Petrópolis/São Paulo, Vozes/Educ, 1994, 97 p.). Trata-se de cinco textos que se situam no espaço intermediário entre duas das principais linhas de investigação a que se dedica o pesquisador: a constituição das subjetividades modernas e contemporâneas, e o estudo crítico das práticas e teorias psicológicas em vigor na atualidade, como esclarece na 'Introdução' do livro. Com efeito, se na primeira direção o interesse é procurar reconstituir os processos sociais e psicológicos que moldam a experiência subjetiva em diferentes momentos históricos, na segunda o objetivo é discernir de que forma as diversas correntes da psicologia se distribuem no "espaço do psicológico" aberto por aqueles processos de constituição da subjetividade. O campo intermediário entre dois territórios, um de índole mais histórico-antropológica, o outro de cunho mais epistemológico, é precisamente este "espaço do psicológico", produzido em última análise por fatores sociais e ocupados pelas doutrinas da psicologia.

Nessa caracterização das preocupações do autor, fica claro o desejo de evitar qualquer reducionismo, especialmente o reducionismo historicista, que ronda toda tentativa para enraizar escolas de pensamento no solo movediço dos processos sociais. E, como em toda tentativa deste gênero, o problema é como manter a espessura própria do campo conceitual, sem perder de vista aquele enraizamento – impedindo que as teorias se desgarnem do contexto em que são produzida, e apareçam apenas como sistemas de representação flutuando no céu das idéias –, mas também sem conferir a este contexto um peso tal que fizesse esquecer que a teoria é uma 'teoria de', que ela visa explicar uma certa ordem de fenômenos e eventualmente propor modos de intervenção sobre este campo da realidade. Ora, a solução sugerida por Figueiredo é ao mesmo

---

\*Psicanalista, professor do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP. Membro do Departamento de Psicanálise do Instituto "Sedes Sapientias". Coordenador da revista *Percursos*.

tempo elegante e fecunda: mostrar que o próprio objeto da psicologia é atravessado pela história, que o “espaço do psicológico” não é um dado da natureza, mas fruto de uma complexa série de recortes, possibilitados pelos processos sociais na medida em que engendram formas diversas de subjetivação. Ou seja, a experiência de si e dos outros que forma o solo das doutrinas e das práticas psicológicas sendo função dos “modos de subjetivação” historicamente determinados, tais doutrinas e práticas serão essencialmente maneiras diversas de apreender e de conceituar os elementos relevantes desta experiência. Isto as coloca na dependência de processos que as condicionam sem que elas necessariamente se dêem conta disso, de onde o interesse epistemológico em discernir quais são e como operam tais processos.

Ora, a tese do autor é que o psicológico se constitui sob a égide de um projeto epistemológico no qual não tem cabida o projeto de matematização do sujeito iniciado com Descartes. Neste projeto, o objetivo é constituir um sujeito livre de toda escória de singularidade, entendida como fonte de erro e de parcialidade na compreensão científica do mundo. Mas é precisamente esta singularidade que constitui o próprio da psicologia, enquanto saber sobre a experiência que o sujeito tem de si: de onde um “desencontro radical” entre projeto epistemológico moderno e os saberes psicológicos e sociológicos que se constituem nas suas margens ou nas suas entrelinhas (p. 21). De onde também um inútil e pernicioso esforço desses saberes para se adequarem aos cânones da cientificidade definidos por aquele projeto: a essa espécie de masoquismo que se compraz na condenação de si pelos tribunais da epistemologia, no exato momento em que vacilam as certezas sobre as quais se erigia o projeto epistemológico de construir um sujeito asséptico e expurgado dos vícios da carne, Figueiredo reserva o epíteto sarcástico de “martirizante lavapés”, sugerindo que cabe à psicologia (no caso representada pela psicanálise) “... contrapor sua compreensão da subjetividade às visões ingênuas e idealizadas da subjetividade que impregnam em maior ou menor medida os pensamentos epistemológicos” (p. 22). Esta mesma postura o conduz a deslocar o foco de suas indagações daquilo que costuma ser uma discussão tão estéril quanto inócua: a da maior ou menor ‘cientificidade’ dos discursos psicológicos, cientificidade sempre medida por um critério que ignora o cerne mesmo do objeto que pretende avaliar – a saber, que o campo psicológico é constituído pelas dimensões da subjetividade *excluídas a priori* pela intenção de purificar o sujeito e torná-lo compatível com o projeto epistemológico dominante. A esta questão são dedicadas páginas muito esclarecedoras no primeiro artigo do livro, ‘Os lugares da psicologia’, que retomam e ampliam a idéia de um “território da ignorância” que é precisamente o espaço do psicológico.

Contudo, este território não é inteiramente opaco: nele se discernem três eixos ou pólos axiológicos que balizam os processos de constituição das subjetividades: o liberal, o romântico e o disciplinar (p. 27 et seqs.). Segundo o autor, dos compromissos e alianças entre esses eixos formam-se os lugares de onde emergem os processos contemporâneos de subjetivação: cada um desses lugares engendra uma *identidade* e um *inconsciente* específicos. Isto significa que se originam “campos de representação possíveis” e “conjuntos de aspectos que se mantêm fora do campo da representação e do experimentável” (p. 29). A esses lugares, Figueiredo denomina o “metafenomenal” que determina os sentidos ocultos e as condições daquilo que se dá na experiência do sujeito.

Ora, é precisamente a este metafenomenal que se dirigem as teorias e as práticas psicológicas, sendo exigível delas que possam estabelecer uma “ponte” entre o fenômeno e o “seu”

metafenomenal: o psicológico deve valorizar a experiência imediata, mas não pode se deixar fascinar por ela.

Todo trabalho de esclarecimento conceitual do autor visa manter juntos, como se vê, os diversos fios de uma trama constantemente em risco de esgarçar. As metáforas da “ponte” e do “trânsito” servem, em sua estratégia, para aproximar sem confundir planos que correm o perigo de se autonomizar, num movimento centrífugo, ou de se dissolverem uns nos outros, no movimento oposto. É o caso das teorias e de seus lugares de emergência, como também, no quinto ensaio, o da relação entre a teoria e a prática da clínica, ou, no quarto, da temática da inter e da transdisciplinaridade. A imagem da ponte é apta a sugerir o espaço necessário entre margens que precisam ser ligadas sem por isto perder sua posição em lados opostos do rio; ela é contrabalançada por uma outra metáfora, a da *tensão*, que aparece igualmente em pontos decisivos do argumento. Um exemplo, entre outros, é a discussão das relações entre teoria e prática no quinto ensaio, ‘Teorias e práticas na psicologia clínica’. Aqui o velho tema da aplicação da teoria na prática *versus* a transformação da prática em teoria se vê deslocado em favor de uma descrição que enfatiza a irredutibilidade dos dois territórios – nem a prática é inteiramente teorizável, nem a teoria inteiramente conversível em prática; irredutibilidade que ressalta ainda mais a necessidade do trânsito, da ponte entre elas. O que confere interesse especial à discussão deste quinto ensaio é a tese de que a teoria, além de poder funcionar como instrumento de configuração dos fenômenos (um pouco como os esquemas da imaginação transcendental de Kant, que servem para vincular o diverso intuído pela sensibilidade aos conceitos do entendimento puro), deve e pode ter o papel de *criticar* a prática, nela introduzindo um tempo de questionamento e uma possibilidade de encontro com o novo. Deslocar esta função do seu *locus* habitual – a intuição, a empatia, a sensibilidade, etc. do terapeuta – não é um dos méritos menores deste texto, que revela também as preocupações do professor com a carência, no currículo das escolas de psicologia, de disciplinas que favoreçam a aquisição da capacidade de escrever uma história clínica – exatamente o tipo de dispositivo representacional mais adequado para manter um “nível ótimo de tensão” entre *não-coincidência* da teoria e da prática e a necessária *pertinência* de uma à outra (p. 93 e 94 em especial).

O interesse por aquilo que efetivamente se faz no âmbito da psicologia, em vez de pontificar sobre o que se deveria fazer a partir de considerações dogmáticas acerca da atitude científica ou do que for, transparece igualmente no segundo e no quarto ensaios, dedicados à figura do psicólogo clínico e à interdisciplinaridade no conhecimento psicológico. Aqui transparece o reconhecimento de que, apesar das divisões departamentais, o que torna realmente atraente a psicologia é a sua faceta clínica, aquela pela qual a experiência subjetiva pode ser interrogada pelo método *sui generis* que impregna a prática clínica – embora o autor advirta, com razão, que nem tudo na prática clínica se reduz ao “método clínico”.

Não é o caso de valorizar nem de desvalorizar esta ou aquela área da investigação psicológica, seja ela educacional, social, do desenvolvimento, etc. Tais querelas não atraem o interesse nem do autor nem, de resto, do seu leitor. O importante é a derivação lógica do campo clínico como aquele no qual as psicologias têm algo realmente a dizer, derivação lógica se se aceitarem os pressupostos mais radicais da concepção de Figueiredo. Estes pressupostos – que delineei brevemente no início desta resenha – apontam para a clínica como território no qual o “espaço psicológico” se manifesta e pode ser apreendido pelo fato simples e bruto de que os processos

de subjetivação contemporâneos estão expostos a crises, fracassos e impasses, em virtude de fatores que não são, eles mesmos, apenas psicológicos, mas revelam do *socius* tomado em seu conjunto.

Por esta razão, o interesse atual do autor nas doutrinas e práticas da psicologia não é tanto de ordem epistemológica, mas de ordem ética; por esta razão se justifica o subtítulo de seu livro, "Da epistemologia à ética", e por esta razão o mais importante dos ensaios nele coligidos é o terceiro, intitulado – um tanto alusivamente – 'Ética, saúde e práticas alternativas'. A chave para compreender o alcance deste texto está no final do primeiro, quando o autor define o que chama de *ethos* de uma teoria psicológica: "a morada que oferece ao homem neste final de século". Em sua concepção, além dos compromissos entre liberalismo, romantismo e disciplinas que caracterizam cada teoria psicológica (cuja investigação e elucidação ainda podem ser concebidas como uma tarefa da epistemologia, mesmo sendo uma "epistemologia fraca"), cada uma delas concebe de modo diferente tanto o campo das representações e das experiências em que alguém pode se reconhecer (a esfera da identidade), quanto o campo do vedado, resistente e obscuro à representação e à experiência (a esfera do inconsciente), quanto ainda o *trânsito* (mais uma vez esta imagem) entre ambos os campos. É o tipo de solução a este problema oferecido por cada teoria que permite não mais a sentença epistemológica, mas a *avaliação ética* apropriada a ela.

Tornou-se moda, a partir de Lacan, dizer que a psicanálise – e por extensão toda prática clínica – não tem um estatuto científico, mas é, ou deseja ser, uma 'ética'. A quantidade de tolices que se podem ler a este respeito faz ressaltar ainda mais a importância do que escreve Luis Cláudio Figueiredo sobre o assunto, a partir da idéia do *ethos* de cada doutrina como morada e *habitat* para o homem. Isto porque não se furta a definir um critério de avaliação e de escolha, em termos inclusive de *melhor* e de *pior*, dessas diferentes moradas: é tarefa de uma teoria psicológica "reconhecer e acolher a experiência do sujeito", mas também é tarefa sua "desconstruir o reino das identidades e das representações deste sujeito", a partir do seu próprio (da teoria) ângulo de apreensão do metafenomenal (p. 31). E ainda mais explicitamente: "... é *melhor* uma teoria que teorize a *cisão* – do que uma que nos mantenha na ilusão de uma unidade do sujeito e de uma soberania e transparência da consciência – e é *melhor* uma teoria que teorize e propicie o *trânsito* – ao invés de uma que se estabeleça rigidamente num dos lugares disponíveis, impedindo-se o contato com todos os impensáveis que deste lugar são constituídos" (p. 33, grifos do autor). O critério de avaliação é então a forma pela qual a teoria e a prática para a qual ela é pertinente contribuem para a preservação ou para a desmontagem das ilusões narcísicas fomentadas pelos diversos pólos organizadores da subjetivação – seja a autonomia supramundana advogada pelo liberalismo, seja pela espontaneidade expressiva idealizada pelo romantismo, seja ainda a legitimação das formas de poder incidentes sobre os sujeitos favorecida pela perspectiva disciplinar.

Retraçando por um lado uma interessantíssima história das éticas, e por outro situando na esfera ética (e não na esfera da impossível legitimação científica) a oposição entre "psicologias oficiais" e "práticas alternativas", o autor acaba por instituir um critério para a avaliação ética das teorias e das práticas correntes na clínica psicológica: este critério é a capacidade de acolher, tematizar e interpretar as tensões e os conflitos, sem ceder à tentação de silenciá-los por meio de uma resposta direta à "demanda de familiarização". O problema é de fato central em toda prática clínica, alternativa ou não: a "morada do homem" tornou-se inóspita, após a evolução (e a

falência) de diversos sistemas e códigos de ética ao longo da história. O “sobrevivente” – relacionado ao que Christopher Lasch denominou o “mínimo eu” – busca a reconstituição de um espaço onde possa “habitar serenamente”, onde possa repousar sua angústia e reconstruir a calma do abrigo sem a qual não é possível pensar nem existir. Esta demanda é legítima, como mostra Figueiredo a partir de uma bela leitura de Heidegger; mas não são legítimas todas as formas de lidar com ela, especialmente as que tentam acalmá-la pela resposta direta e pelo aconchego imaginário. Aplicado às práticas alternativas, este critério as julga com severidade (embora o autor fale, eufemisticamente, em “problematizá-las”). Mas o importante é que ele serve também para avaliar as psicologias “oficiais”, e neste ponto Luis Cláudio se compromete implicitamente com a psicanálise, tida como a prática que mais longe foi no sentido de “reconhecer a demanda de familiarização para nomeá-la, interpretá-la, elaborá-la. Nesta forma de lidar com a demanda de familiaridade tentar-se-ia, simultaneamente, *oferecer o familiar e propiciar a admissão do e o encontro com o estranho*: o estranho dos outros e principalmente o estranho de/em cada um” (p. 72). É certo que a psicanálise não é nomeada por extenso nesta página, mas seria difícil não vislumbrá-la por meio dos diáfanos véus da ‘nomeação’, da ‘interpretação’ e da ‘elaboração’. Não qualquer psicanálise, porém; as afinidades eletivas de Figueiredo o conduzem para o *ethos*, associado, entre outros, com o trabalho de Pierre Fédida, não por acaso um leitor de Heidegger e autor de um importante texto sobre a linguagem, cujo eixo é o livro deste filósofo *A caminho da linguagem (Unterwegs zur Sprache)*.

A natureza do critério pelo qual práticas e teorias são julgadas melhores ou piores – sua aptidão para identificar e dissolver as ilusões do narcisismo – é um outro ponto pelo qual se vislumbra o lugar “de onde fala” (para usar um termo caro à tradição foucaultiana) o autor. Este lugar é certamente próximo da psicanálise – pelos motivos que acabei de aduzir, e também porque o narcisismo, cujas ilusões devem ser alvo do bom discurso psicológico, sobre ser um conceito proveniente da psicanálise, é considerado por Luis Cláudio como um elemento da realidade e não apenas como um ‘construto’ teórico. Dito de outro modo, o construtivismo epistemológico encontra aqui um dos seus limites: sem que seja preciso fazer concessões a “teoria da verdade por correspondência” criticada no primeiro ensaio, o recurso ao narcisismo mostra como entre o conceito e aquilo de que ele é conceito o laço é mais íntimo do que uma mera convenção. Pois seria demasiado arriscado fazer repousar o critério de avaliação ética, e portanto todo o edifício cuidadosamente montado ao longo do livro, sobre um fundamento puramente arbitrário.

Esta questão abre para outras, de tipo mais filosófico; aqui posso somente indicá-las, reservando para outra oportunidade uma discussão mais aprofundada. Duas delas merecem atenção: a do convencionalismo e a da polêmica antiiluminista.

O pensamento de Figueiredo é visivelmente tributário da tradição marxista na qual se formou; ainda que este marxismo seja refinado e elegante – não se esperem da sua pena grosseiras sobre o reflexo da infra-estrutura na superestrutura – é dele que provém o princípio de ininteligibilidade de toda a sua construção: a psicologia tem *matrizes* e estas matrizes são sociais, num sentido amplo e ao mesmo tempo preciso. A determinação é orientada do social para o representacional e não inversamente, mesmo que, como disse no início, a perícia dialética e o senso crítico do autor estejam constantemente em ação para evitar os reducionismos que, de tão frequentes na sua família intelectual de origem, acabaram quase por desmoralizá-la. Pois bem:

esta raiz no marxismo combina-se com a atração pelo pragmatismo de autores como Rorty, Goodman e Dewey, e pelas concepções de Wittgenstein e de Heidegger. O autor, sabiamente, nos previne de que não é possível nenhuma síntese fácil entre os componentes deste grupo aparentemente heteróclito – mas os reúne sob a égide de um “... movimento multifacetado (...) de superação da hegemonia do *pensamento representacional* e da *noção de verdade por adequação ou correspondência* (p. 25, grifos no original). O próprio desse movimento antimoderno, para cujas nuances internas está sem dúvida atento (p. 25-26), é a tese de que as linguagens são o “... meio universal da experiência, na qual objetos e sujeitos se constituem – vindo a ser – e se encontram uns com os outros” (p. 26).

A idéia de que as linguagens são o meio universal da experiência conduz diretamente à idéia de uma eficácia constitutiva da fala, a qual confere a esta a sua dimensão ética; estamos portanto em pleno centro do argumento, e, com efeito, nas linhas seguintes da página 26 Figueiredo falará nas teorias psicológicas como “instalações do humano”, não só como modos de representar o psicológico, mas igualmente como dispositivos aptos a “... configurar e constituir tanto os homens quanto seus mundos – suas moradas, tanto os sujeitos como seus objetos, *tanto as experiências sociais como as experiências privadas e ‘subjettivas’ de cada indivíduo*” (grifo meu). Coloca-se assim um curioso problema: numa vertente mais tradicional, o constituinte é o processo social – é a via tomada, por exemplo, em *A invenção do psicológico* e resumida no início da p. 27; numa outra vertente, o constituinte são os jogos de linguagem, que inclusive configuram e conformam “as experiências sociais”. Tudo se passa como se Luís Cláudio oscilasse entre uma concepção marxista e uma concepção construtivista – para dizer as coisas esquemática e simplificadamente – e procurasse temperar os riscos de reducionismo presentes em cada uma delas com o que considera verdadeiro e valioso na outra. Não creio que isto seja um defeito, nem lhe cobro uma decisão prematura e desnecessária; descrevo uma questão que, me parece, tem origem no que gostaria de denominar “o problema da representação”.

Ao identificar “pensamento representacional” e “teoria da verdade como adequação”, talvez o autor esteja descartando de modo excessivamente rápido outras possibilidades de entendimento do que seja a representação. Esta não precisa necessariamente estar subordinada à metafísica cartesiana nem ao “projeto epistemológico” que nela se origina; na própria filosofia marxista, como em seu antecedente hegeliano, a representação não é obra do sujeito epistêmico diante do objeto isolado, mas sedimentação de experiências coletivas e eventualmente conflitivas (pense-se no segundo volume da *Fenomenologia do espírito* ou na teoria da ideologia tanto do jovem como do velho Marx). Da mesma forma, a noção psicanalítica de representação não pertence à esfera cognitiva de corte cartesiano, mas introduz a idéia de um objeto que atua sobre o sujeito no plano afetivo e tem impacto sobre a regulação do seu nível de angústia: as representações inconscientes do pênis castrável ou do seio perseguidor não dependem nem da abstração de atributos do objeto, à maneira de Aristóteles, nem da evidência garantida pelo Deus veraz, à maneira de Descartes. Tudo indica que, a partir de uma crítica bem fundamentada à teoria da correspondência, Luís Cláudio acaba por abandonar um conceito que, repostos num contexto mais rico, poderia lhe prestar bons serviços, bastando para isso desvincular a representação do “projeto epistemológico moderno” de cujas insuficiências suas análises nos convence sem dificuldades. Desta forma, uma idéia a meu ver demasiado estreita da representação o leva a procurar, do lado dos autores que efetuam a crítica do projeto moderno, algo que talvez esteja mais à

mão na vertente dialética deste mesmo projeto.

Isto nos conduz ao segundo problema a que me referi: o do antiiluminismo programático. Sob a rubrica da modernidade, Figueiredo se refere constantemente ao que ela exclui – em especial a sua própria gênese e o avesso dela mesma, a singularidade carnal do sujeito. De fato, a modernidade não foi capaz de elaborar uma psicologia, na medida mesma em que o campo do psicológico permanece como o seu impensado e impensável. Mas há um aspecto da modernidade que permanece exterior às considerações do autor, embora impregne do começo ao fim toda a sua perspectiva: a intenção libertária e emancipadora. Que o século XVIII a tenha acoplado a um ideal de racionalidade intelectual e política, que o século XIX a tenha vinculado a uma idéia de ciência hoje considerada ingênua e estreita são fatos indiscutíveis, e a leitura minuciosa que Luís Cláudio faz desses períodos e dessas concepções não deixa margem a dúvidas. Porém é uma conquista da modernidade, em especial do Iluminismo, a tese de que a liberdade é para todos, e que a superstição deve ser combatida porque é um mal em si, limitadora das potencialidades do humano. Ora, o que é exigência ética de Luís Cláudio, o que é a crítica implacável às ilusões da própria psicologia, o que é o critério do melhor e do pior segundo a “tarefa desilusionadora” do conhecimento, senão um tributo a uma modernidade menos *naïve* em seus preconceitos, porém mais segura em seus ideais?

Talvez o próprio uso da ética como instrumento avaliador e genealógico seja uma herança iluminista, temperada pelo *ethos* marxista que vinculava liberdade e conhecimento das leis da história, conhecimento cuja finalidade era transformar a condição humana. Certamente, Figueiredo tem a sobriedade dos contemporâneos; nada menos ingênuo do que seus refinados instrumentos de análise, nada menos esquemático do que a ponderação dos diversos fatores que tornam complexa a série de questões sobre as quais se debruça. Mas, no trajeto “da epistemologia à ética” balizado pelos artigos de seu novo livro, está implícita uma dívida com o pensamento iluminista e com os sentidos mais dramáticos da divisa kantiana: *Sapere Aude*, ousa conhecer – conhecer aquilo que, em nós e no mundo, atemoriza e angustia: o avesso das nossas idéias e das nossas experiências. É uma leitura da psicanálise guiada pela reflexão heideggeriana que – como terceira linha de pesquisa – Luís Cláudio Figueiredo vem buscando elementos para desenvolver seu projeto. Que desta incursão pelo ‘outro lado do espelho’ resultem textos tão instigantes quanto os que compõem o pequeno volume aqui resenhado.

